

Corrupção e tolerância

NELSON ROCHA

CONTADOR

Há diversos meandros no caminho percorrido pela corrupção, cujas formas de manifestação variam no decorrer do tempo, amoldando-se aos sistemas. No entanto, uma faceta não varia: quem paga a conta das atitudes corruptas é a população.

Escândalos de corrupção tomam a cena cotidianamente nos meios jornalísticos, principalmente os ocorridos na área pública, nas três esferas de poder, provocando o descrédito das instituições. Passamos a conviver com essa prática deplorável.

A Transparência Internacional divulgou recentemente pesquisa realizada em 133 países sobre o nível de percepção de corrupção. O Brasil aparece em 54º lugar. Desde 1998 o índice brasileiro se mantém no mesmo patamar, em torno de 4 sobre uma nota máxima de 10 para países com baixa corrupção. Ou seja, um indicador ruim.

A corrupção sempre esteve associada à esfera pública, adotando-se para o setor privado o vocábulo fraude. Embora tenham significados diferentes, esses termos acabaram assumidos para a mesma ação. Escândalos internacionais em grandes empresas multinacionais nos Estados Unidos, e mais recentemente na Itália, desmitificaram a corrupção como preocupação exclusiva da área pública, prejudicando milhares de pessoas que investiram nessas companhias.

Todavia, esse problema não acomete apenas os meios públicos e corporativos. Está presente no dia-a-dia das relações e atividades dos brasileiros. O cafezinho para evitar uma multa, a nota fiscal não emitida, a gasolina batizada. Questões culturais como impunidade e baixa

Nosso país está entre os menos auditados

auto-estima, combinadas com elevada taxa de tolerância, contribuem para a proliferação desse mal, que acaba por reduzir o índice de produtividade do país. Pior do que a prática de atos lesivos que engessam o desenvolvimento, deterioram as estruturas morais e violam todos os preceitos de cidadania, é a permissividade institucionalizada.

Devemos reconhecer que herdamos alguns males. No Brasil-Colônia, instituiu-se o contrabando. Depois, vieram as práticas de favorecimento comuns no Brasil-Império, que ganharam nova roupagem com o advento da República. A falta de transparência no período da ditadura militar não permitia um controle mais rigoroso dos gastos públicos. Um presidente eleito pelo povo – escorado na promessa de caçar os *marajás* e corruptos – entrou para a história como o primeiro a sofrer um *impeachment*. Na última década surgiram aos borbotões CPIs cujos resultados freqüentemente frustram a sociedade, já que poucos acusados são de fato punidos.

Algumas ações já vêm sendo empreendidas no setor privado, como investimentos em sistemas de controle interno, governança corporativa, treinamento em ética e auditoria. Na gestão pública, além da Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê maior transparência, o governo federal instituiu outras medidas. No

entanto, o mais eficaz é criar mecanismos de controle prévio.

É bom deixar claro que o Brasil não tem um povo mais corrupto que as demais nações. O que acontece é que o nosso país está entre os menos auditados. Temos um auditor para cada 25 mil habitantes, enquanto que em países com menor índice de corrupção, como Holanda e Dinamarca, a relação é de um auditor para cada 900 habitantes. Existe uma clara correlação entre baixo índice de sonegação fiscal e maior exigência de auditoria.

Nelson Rocha é presidente do Conselho Regional de Contabilidade